CISION

Opinião Pública

ID: 45812687

23-01-2013

Tiragem: 20000
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Regional

Pág: 19
Cores: Cor
Área: 26,70 x 19,22 cm²
Corte: 1 de 2

Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

"Famílias vão sentir na pele aumento brutal da carga fiscal"

Quando se pensava que mais impostos seria insuportável, eis que 2013 se anuncia como um ano extremamente difícil para todos, famílias e empresas. Numa altura em que os portugueses fazem contas à vida, o OPINIÃO PÚBLICA falou com quem mais percebe de contas e fiscalidade. Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, não tem dúvidas que o Governo tem abusado da fiscalidade. Os portugueses ficarão surpreendidos, ao longo do ano, com a quebra de rendimento disponível.

Sofia Abreu Silva

Opinião Pública: Como será, no seu entender, em termos globais este ano?

Domingues Azevedo: O ano de 2013 é, indiscutivelmente, um dos anos mais pesados em termos fiscais que temos memória. Evidentemente que tal facto, porque deixa menor disponibilidade financeira às pessoas, vai, como é natural, inibi-las de comprarem coisas, o que conduzirá a uma retração brusca da procura, com os efeitos negativos na evolução da nossa economia. É que a partir daí, inicia-se um ciclo complexo, que gerará perturbações várias, de entre as quais pelo menos aquele que tem um efeito mais direto na vida das pessoas, o desemprego, que, de per si, é gerador de maior despesa pública, com todos os aspetos negativos que isso tem para as pessoas.

Quais as consequências para as empresas?

Tempos também difíceis. As empresas como unidades que vivem integradas na sociedade emitem para ela e recebem dela fluxos dinâmicos ou retratáteis que, de algum modo, influenciam as empresas. Assim, caso não haja pessoas que comprem, também as empresas não têm necessidade de produzir e ao não gerarem produção são colocados em risco metas e objetivos das empresas, nomeadamente os que se relacionam com os fluxos financeiros para o pagamento de compromissos assumidos, o que pode colocar em risco a sobrevivência económica das próprias empresas.

As famílias também têm sofrido muito... fala-se muito na asfixia?

A base celular da organização da sociedade ainda continua a ser a família. Naturalmente que neste âmbito, para além do individual de cada um dos seus membros, todos em conjunto vivem o problema da crise que tem assolado a Europa e Portugal em particular. Não deixa de ser deprimente vermos a possibilidade de muitos sonhos serem gorados, muitos jovens terem de deixar de estudar, não porque não tenham capacidade, mas porque, muitas vezes não têm dinheiro. Está-se quase perante um pesadelo como o vivido pelos jovens na minha juventude em que apenas estudava quem tinha dinheiro, podia-se não ter nenhuma capacidade, mas se o pai fosse rico ser-se-ia Doutor, mesmo que não soubesse nada de nada. Não estamos muito longe do pensamento de então.

Recentemente, ficamos a saber que a fiscalidade praticada em Portugal coloca os portugueses entre os europeus que pagam mais impostos. Perdeu-se a noção de "humanidade"?

Perdeu-se não só a noção da humanidade, mas, acima de tudo, perdeu-se a noção de imposto e, sem margem para dúvida, estamos perante uma situação típica de abuso da fiscalidade. Hoje os portugueses não pagam impostos, pagam, isso sim, um autêntico assalto aos bolsos e aos direitos dos portugueses, através da fiscalidade. Antes de mais é necessário nós compreendermos o que é a fiscalidade?

»»»»»»»

CISION

Opinião Pública

ID: 45812687

23-01-2013

Tiragem: 20000
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Regional

Pág: 21
Cores: Cor
Área: 27,07 x 17,07 cm²
Corte: 2 de 2

»»»»»»»

Como funciona e quais os princípios orientadores do sistema fiscal português? É que o que atualmente se obriga os contribuintes a pagar já não é um tributo, entendido este como um meio usado para o contribuinte suportar as despesas de uma sociedade em que ele se insere, mas sim quantias que vão muito para além daquele princípio, cuja origem muitas vezes se sustenta em comportamentos ilegais que outros têm que pagar. Por que razão temos nós que pagar as contas do BPN e aqueles que se abocaram ilícita e ardilosamente com dinheiros do banco não são chamados à responsabilidade? Quantos bens foram apreendidos? Quantos estão presos?

Com a elevada carga fiscal, aumenta também a economia paralela. Concorda?

Temos que ter cuidado ao fazer essa conexão. Evidentemente que o risco aumenta, porque a tentação é maior, mas daí a poder fazer-se a afirmação, penso ser um pouco arriscado. Temos que concordar que nem sempre um fenómeno arrasta irremediavelmente outro, pode propiciar o seu aparecimento e manutenção, mas hoje com o sistema altamente sofisticado que temos a funcionar no combate à evasão fiscal, dificilmente as situações de fuga passam despercebidas.

O governo tem feito trabalho suficiente para evitar arrecadar os devidos impostos?

Com a introdução da informática na gestão do sistema fiscal muita coisa mudou e muita ainda vai mudar. Desde logo pelo conhecimento atempado que se tem das eventuais variações do comportamento do sistema e da possibilidade que propicia para atuar de imediato sobre as causas do desvio. Por outro lado, as pessoas que trabalham na Autoridade Tributária têm hoje uma preparação técnica completamente diferente do que era anteriormente, o que, conjugado, dá um

enorme aumento de eficiência nos serviços que têm como missão arrecadar os impostos.

Numa altura em que muitas famílias organizam os papéis e começam a pensar no IRS, as deduções serão menores...

A surpresa vai surgir mais cedo do que o momento do reembolso, pois vão sentir na pele este aumento brutal que é a carga fiscal para o ano de 2013. De uma forma inteligente, reconheça-se, o governo com a medida dos duodécimos, veio possibilitar a criação da ilusão que as coisas não serão tão duras como as pessoas as julgam. Mas quando as pessoas chegarem a junho ou julho e virem que recebem apenas metade do que receberam o ano passado, aí vão dar por ela que tudo o que viveram não passou de uma ilusão, de uma mentira.

pub

Qual a sua opinião perante as novas regras de faturação que entraram em vigor a 1 de janeiro e que obrigam à emissão de faturas em todas as vendas?

Sou a favor, tudo que ajude a criar igualdade perante o tratamento fiscal, só pode merecer o meu apoio. A forma é que não merece a minha concordância. O governo criou uma lei, mas depois não tratou de cuidar dos efeitos da sua aplicação, nem mesmo avaliou os efeitos que essa mesma lei teria nos comportamentos dos portugueses. Neste aspeto o governo falhou redondamente, pois não cumpriu o seu dever de diligência, quer perante os cidadãos, quer perante as novas realidades que ele mesmo criou. Daí assistirmos por vezes a cenas verdadeiramente vexantes para os funcionários da Autoridade Tributária que, quando confrontados com as situações criadas, limitam-se a dizer que não sabem. É que neste, como noutros domínios, a missão do governo não termina no ato de legislar. Ele tem que ter preocupações de diligência para o cumprimento cabal da lei. Ora isso, o governo não fez, não só não informou os cidadãos, mas até a sua própria estrutura e isso, em bom português, chama-se laxismo. O princípio merece o meu acordo, a forma foi mais uma desgraça com que este governo nos vai habituando.

As empresas passam a poder entregar o IVA ao Estado, apenas depois de receberem as quantias correspondentes às faturas emitidas. É uma boa medida?

Não só é uma boa medida, como poderia ser uma excelente alavanca para a nossa economia. Mas esta é uma promessa que tem como objetivo não ser concretizada, mas sim criar a esperança de que será concretizada. Qualquer pessoa de bom senso que analise os comportamentos neoliberais deste governo acha que ele tirará alguma vez às grandes superfícies cerca de 2 mil milhões de euros todos os meses que é quanto calculo o valor que elas ganham com a dedução do IVA antes de o pagarem aos seus fornecedores? E o próprio governo, tem estrutura financeira que suporte, de imediato, aguentar a dilação do pagamento do imposto para a data do seu recebimento? Penso que não, nem é lógico pensar que sim. Será muito mais fácil o alargamento do âmbito do Reverse Charge ou seja a repercussão para o adquirente da obrigação do pagamento do IVA, do que a implementação no IVA do regime de caixa, pois desta forma o que varia é o devedor do imposto e não o prazo do seu pagamento ao Estado.